



# **O extrativismo na historia agrária do Estado do Amazonas**

Revisão bibliográfica

Jaubertie Clément – estagiário agro-economista  
Manaus - Setembro de 2008

# INDICE

<b>Contexto .....</b>	<b>3</b>
<b>As primeiras presencias na Amazônia .....</b>	<b>3</b>
<b>A chegada dos Europeus e seus impactos nos sistemas agrarios .....</b>	<b>3</b>
<b>O processo geral de especialização em Sistema Extrativista.....</b>	<b>5</b>
O Ciclo da borracha.....	5
A fim do ciclo da borracha e uma diversificação efêmera da produção.....	7
A “batalha da borracha” .....	7
<b>A Transição do Sistema Extrativista em um Sistema mixto Agricultura / Extrativismo. 8</b>	<b>8</b>
O fim da era borracha .....	8
A promoção politica da agricultura.....	9
A perenidade do sistema mixto Agricultura/Extrativismo com a criação das Unidades de Conservação.....	10
<b>A emergencia de novas produções extrativistas .....</b>	<b>11</b>
Sistemas extrativistas de frutos silvestres .....	11
Os sistemas extrativistas madeireiros .....	11
<b>O Programa Zona Franca Verde e a promoção do extrativismo .....</b>	<b>12</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>13</b>
<b>BIBLIOGRAPHIA.....</b>	<b>15</b>

## Figuras

figura 1 - de influencia dos Ordens religiosos nos seculo XVII .....	4
figura 2 - Atividades extrativistas e agricolas no governo Pombal 1757-1800 .....	4
figura 3 - Atividades extrativistas e agricolas no governo Pombal 1800-1850 .....	5
figura 4 : Zonas de Ação dos programas de incentivos a agricultura – anos 1970s.....	9
figura 5 – Evolução dos sistemas de produção no Amazonas .....	14

## **Contexto**

Este trabalho se insere dentro do estágio que realizei no Projeto Floresta Viva de março até setembro 2008. O Projeto Floresta Viva iniciado em 2005 resulta de um acordo de cooperação firmado entre o Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos (GRET) e o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). O objetivo geral do projeto consiste em “promover o manejo sustentável das florestas no Estado do Amazonas” apoiando as ações de produção e comercialização e participando a aprimoramento das políticas públicas do setor florestal madeireiro. Atua principalmente nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte (Pólo 1), Carauari (Pólo 2) e Maués e Boa Vista do Ramos (Pólo 3), realizando trabalhos que caracterizam o setor florestal madeireiro. Esse documento apresenta uma síntese sobre a história e a evolução dos sistemas agrários no estado de Amazonas. Foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

## **As primeiras presenças na Amazônia**

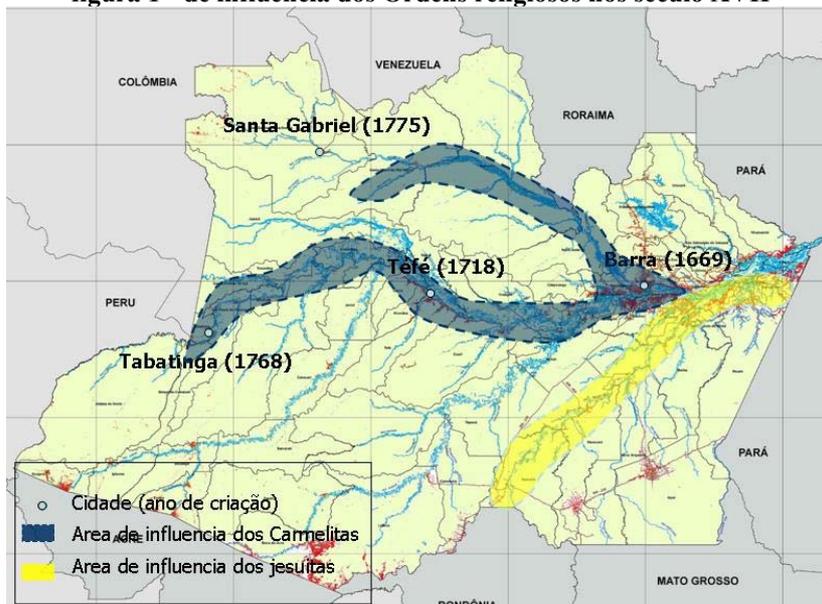
As pesquisas arqueológicas indicam que as primeiras presenças humanas na Amazônia datam de 15000 aC. Essas populações viviam de extrativismo, caça e pesca. Em 3000 aC o contato com as populações agrícolas, descendendo da América Central, permitiu a difusão pouco a pouco, da agricultura para as populações morando nas margens dos principais rios. As populações viviam em tribo e entravam regularmente em guerra. Praticava-se uma agricultura de “Corta & Queimada”, mandioca os primeiros anos e frutos em seguida. A cultura da mandioca foi adotada por sua qualidade de adaptação ecológica e sua facilidade de conservação (dentro do solo) e de transporte (LOUREIRO). A pesca com canoa fornecia um fonte importante de proteína animal. O extrativismo vegetal se praticava em complementação para alimentação mas também vestidos (fibras) ou uso medicinal (andiroba, copaiba). Os habitantes de altos rios de difícil acesso, sem possibilidades de intercâmbio de tecnologia, ficaram em uma forma de vida nômade, utilizando o extrativismo (fruto e pesca) e a caça como principal fonte de comida. Ao nível fundiário, não havia um sentimento de propriedade privada, a parcela de roça no momento da cultura podia ser atribuída para uma família mas uma vez as culturas acabadas, o direito de propriedade extinguiu-se.

## **A chegada dos Europeus e seus impactos nos sistemas agrários**

A conquista da Amazônia, no decorrer dos séculos XVI e XVII se realizou sob um intenso processo de luta entre portugueses, inglês, espanhóis e holandeses, envolvendo aliança com as tribos indígenas já presente no território (BENCHIMOL, 1999). Os Portugueses dominaram o território no meio do XVII e iniciaram a colonização da região para tirar uma vantagem de sua riqueza natural. Eles construíram pequenas cidades nas margens dos principais rios. Os missionários religiosos, através da busca de novos indivíduos a converter a religião cristã, se carregaram principalmente a tarefa da colonização territorial. Eles criaram missões e grandes fazendas na vale dos principais rios da Amazônia, regulando de fato a divisão do território entre as ordens religiosas. Os Carmelitas se disseminaram ao longo do Solimões, do Negro e os Jesuítas no rio Madeira (figura 1). Nas fazendas, o sistema agrário foi modificado, se começou a primeiras atividades econômicas extrativistas. Os religiosos, dono das fazendas, praticavam a exploração das Drogas do Sertão (cacau, canela anil, ervas medicinais, madeiras entre outros) para exportar na Europa e mantiveram as práticas indígenas de agricultura e pesca para autoconsumo. O trabalho de extrativismo precisava de uma mão de obra importante e experimentada que foi encontrada nas populações tradicionais morando no lugar.

O trabalho dos Índios era securitizado de duas maneiras. Com o trabalho dos missionários que conseguiam convencer tribos inteiras de trabalhar para eles. A segunda, dominante, através a organização pelos Sertanistas de expedições de captura de Índios.

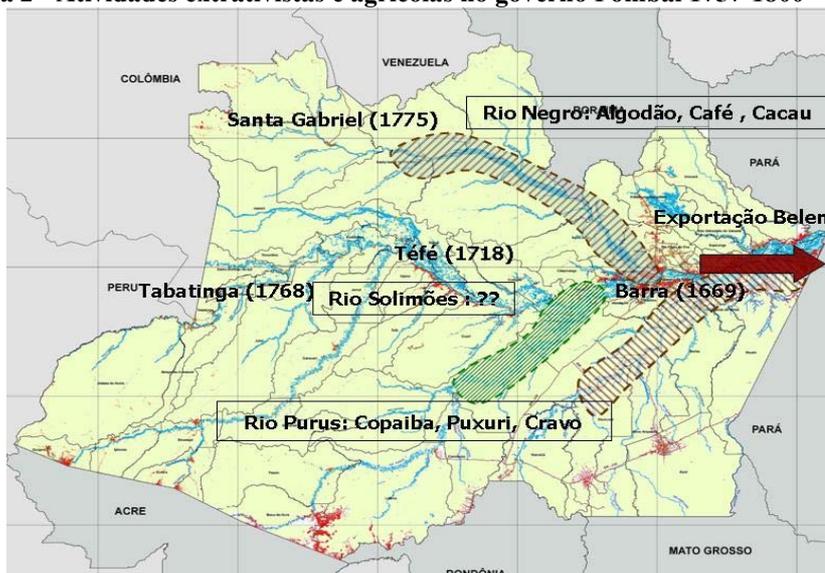
**figura 1 - de influencia dos Ordens religiosos nos seculo XVII**



(fonte: Loureiro, realização autor)

A influencia religiosa diminui com a criação em 1755 da Companhia de Comercio de Grão Para e Maranhão, empresa de capital privado com protetora da coroa portuguesa que recebeu o monopólio do comercio exterior na Amazônia. Os missionários, que tentaram um golpe de estado, foram mandados de volta na Europa e substituídos na cabeça das fazendas por colonos Português ligado a coroa. O estatuto fundiário foi esclarecido, toda as terras eram sobre domínio da Coroa Portuguesa que decidia de legar um território para algumas pessoas se elas tinham feito um serviço a Coroa. A demanda mundial crescente de cacão, café e algodão, levou a desenvolver essas culturas nas margens do rio Negro e Madeira com finalidade de exportação (figura 2) mas sempre conservando as culturas de alimentação de autoconsumo ao lado. As fazendas seguiram funcionando com uma mão de obra indígena semi-escravadora apesar da criação dos direitos dos Índios em 1757 que estabelecia a obrigação de receber um salário para qualquer trabalho.

**figura 2 - Atividades extrativistas e agricolas no governo Pombal 1757-1800**

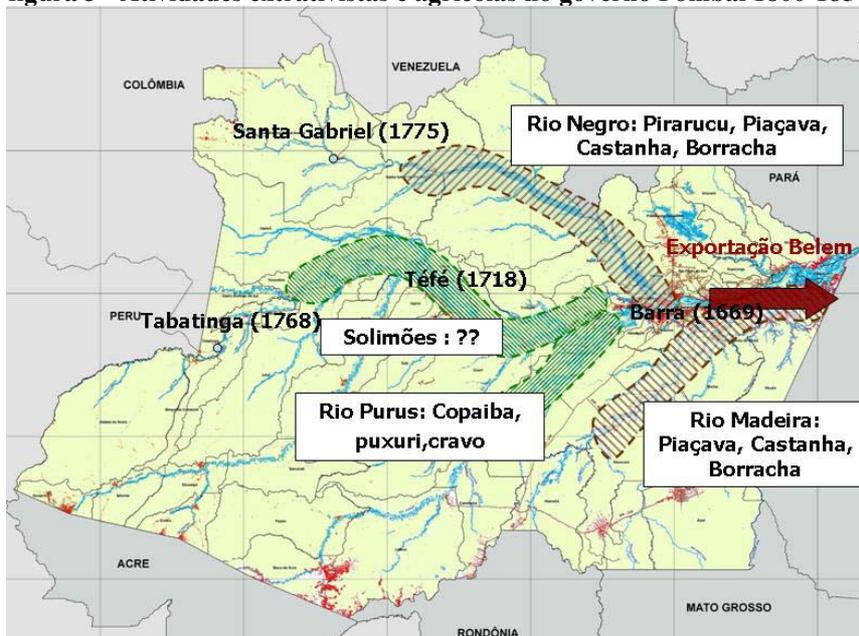


(fonte: Loureiro, realização autor)

Na primeira metade do século XIX houve um declínio da produção agrícola por causa da retenção da mão de obra indígena para defender as fronteiras (Guiana Inglesa). A queda do preço do cacau somando, o produtos do extrativismo (castanha, borracha, piaçava) voltaram a ser as principais exportações, usando o mesmo esquema de produção que no século anterior (mão de obra indígenas semi-escravadora) (figura 3).

A independência do Brasil em 1823, e da província do Amazonas em 1850 não mudou os esquemas de produção. Até 1850, as atividades principais de exportação da província eram centradas ao redor da borracha, da piaçava, e da castanha. Em complementação se praticava as culturas de consumo (mandioca, banana, abacaxi..) e pesca. Não se encontram informações descrevendo os métodos de cultura das culturas de consumo mas, observando os métodos atuais e as características do meio, podemos supor que a agricultura de queima e cortava predominante. O movimento de cabanagem que envolveu os índios e escravos, e permitiu a criação em 1854 dos direitos dos Índios, primeiro avanço significativo no reconhecimento dos Índios (LOUREIRO). Ao nível do fundiário, as terras que eram sobre domínio da Coroa portuguesa passaram a República Brasileira e depois a província do Amazonas.

**figura 3 - Atividades extrativistas e agrícolas no governo Pombal 1800-1850**



(fonte: Loureiro, Realização: autor)

## O processo geral de especialização em Sistema Extrativista

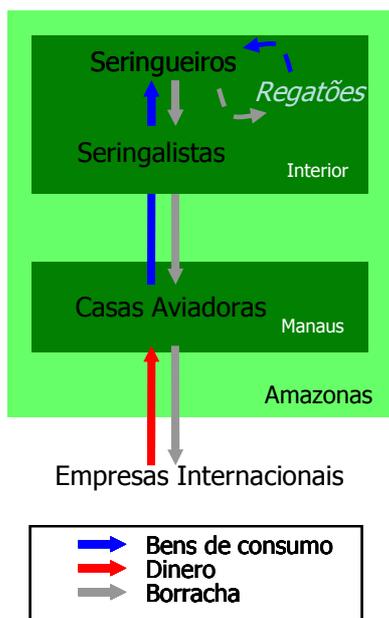
### O Ciclo da borracha

Os dois eventos marcantes do século XIX foram o desenvolvimento do navio a vapor e a descoberta do processo de vulcanização. A navegação a vapor aumentou a capacidade e a velocidade de transporte (1856 : Manaus-Belem em 10 dias) o que permitiu a abertura do estado do Amazonas ao nível internacional (1872: Manaus-Geneva), trazendo imigrantes Semitas que se instalaram como comerciantes ribeirinhos nas pequenas cidades do interior (Tefé, Humaitá) e empresários Europeus que se fixaram na capital. A descoberta do processo de vulcanização, permitiu a utilização da borracha nos pneus o que aumentou a demanda da borracha.

A Amazônia foi vista como uma imensa reserva de borracha e negociantes e aventureiros com apoio de bancos e grandes empresas começaram a apropriar-se de imensos espaços para explorar a borracha (seringais), utilizando uma mão de obra submissa por meio do sistema de aviação. Os rios Purus e Juruá foram explorados mais profundamente em busca de seringais. Até 1870 o potencial produtivo de borracha não tinha sido aproveitado por escassez de mão de obra, os índios. Os cearenses, fugindo da seca de 1872, imigraram em massa na Amazônia na busca da riqueza traída pela borracha, fornecendo uma mão de obra extratora abundante (seringueiros) para os proprietários dos seringais (seringalistas).

Os seringais se dividiam em duas partes, as áreas onde se produzia a borracha e se localizavam as casas dos seringueiros e o barracão que reagrupava a casa do seringalista e os lugares de armazéns das mercadorias e da borracha. Além dos seringueiros e dos seringalistas se encontravam nas seringais os mateiros que determinavam as áreas com mais seringais, os comboieiros responsáveis de levar as mercadorias para seringueiros e levar borracha para o seringalista, o pesador e classificador da borracha, o guarda livro que registrava todas as transações do barracão num livro de conta e o capacete o gerente que supervisionava todas as atividades e substituíam o seringalista que tinha ido morar na capital. Os seringueiros eram em baixo da escala social, mas era possível que mudaram de função até chegar algumas vezes a ser seringalista.

A produção numa seringal tradicional se concentrava unicamente em atividades extrativistas que podiam variar em função das potencialidades naturais da região. Nas margens do rio Madeira no período de chuva de Janeiro até Abril, os seringueiros coletavam castanha nas florestas de terras



firmes em quanto de Abril até Dezembro, recolhiam o látex na floresta de várzea. Ao longo do rio Juruá, a extração de borracha era continuada. Na época seca se coletava também o látex de *Hevea Brasilensis* mas quando as águas subiam, os seringueiros iam cortar *Hevea Lutea* nas terras firmes.

O sucesso das empresas seringalistas repunha no sistema de aviação definido por Hinoka como: "Um contrato de trabalho rural mediante o qual uma pessoa denominada aviador entrega a outra, denominada aviado, dinheiro e/ou mercadorias e/ou gêneros alimentícios, por determinado valor unilateral estabelecido pelo primeiro, a fim de que o segundo se obrigue a vender-lhe toda ou parte da coleta de castanhas ou de látex de seringueira transformado em pélas de borracha, obtidos tais produtos em determinado período avençado e em áreas certas de terra ou não".

Os seringalistas funcionavam em parceria com empresas de Manaus, chamadas "casas aviadoras". Elas lhes forneciam as mercadorias necessárias e recrutavam os imigrantes recentemente chegados à Manaus para trabalhar nas seringalistas. Antes do início da safra, os barcos das casas aviadoras percorriam os rios para trazer mercadorias aos seringalistas que no final da safra pagavam entregando toda a produção de borracha e outros gêneros extrativos (BENCHIMOL, 1999). Os seringalistas aviavam os seringueiros emprestando o material para a colheita e vendendo no barracão as mercadorias recebidas das casas aviadoras em troca de borracha e castanha. As transações eram escritas no livro e se calculava no final o saldo do seringueiro. Na chegada do seringueiro seu saldo era negativo (material de colheita), depois devido ao superfaturamento dos produtos praticado pelos seringalistas nunca conseguia voltar num saldo positivo e ficava preso na

seringais. O benefício do patrão está intimamente ligado ao controle que ele exerce sobre o consumo de seus trabalhadores e, nesse sentido, principalmente sobre o alimento (LESCURE, 2001). Por isso, nesse período as atividades agrícolas eram proibidas para não interferir com o comércio do barracão.

Os imigrantes semitas do interior se tornaram parte do sistema de aviação também, transformando-se em comerciantes ambulantes inimigos dos seringalistas, chamados regatões, que vendiam as mercadorias aos seringueiros a preço inferior que no barracão.

No Amazonas, Manaus absorveu quase todo o “rush” da borracha, sem permitir aos outros centros urbanos de se desenvolver. A borracha dos seringais propulsou a capital no cenário mundial, os lucros engendrados permitiram urbanizar a cidade e construir grandes obras (Teatro Amazonas, Palácio Rio Negro, Mercado Adolpho Lisboa) atraindo homens e mulheres de todos os horizontes.

Apesar do incremento em mão de obra, a produção da Amazônia, não conseguia atender a demanda mundial, sempre teve escassez no mercado mundial, mantendo um alto preço e viabilizando o sistema de produção Amazônica. Em 1874, ultrapassando as interdições os Ingleses conseguiram extrair mudas de Hevea da Amazônia e iniciar o cultivo no Sul da Ásia. Entraram no mercado na década de 1910 com uma produção cultivada em larga escala com custos baixos. Em 1913, a borracha cultivada no Oriente (48.000 toneladas) superava a produção amazônica (39.560t) marcando o fim do ciclo da borracha na Amazônia.

### **A fim do ciclo da borracha e uma diversificação efêmera da produção**

Com a diminuição do preço da borracha, as firmas exportadoras retiraram seu capital e fugiram do país deixando a função de exportação para as casas aviadoras que continuaram a comprar a borracha durante um tempo, descapitalizando-se pouco a pouco até entrar em falhamento. Varias seringais foram fechadas. Os seringalistas se fixaram nas cidades próximas comprando propriedade e se estabelecendo como comercial ou industrial. Os seringueiros fugiram nas cidades principais em busca de um trabalho ou voltaram na sua região de origem mais pobre que na ida.

Porém, o desenvolvimento das infra-estruturas e via de transporte, iniciadas no ciclo da borracha, permitiu a perseguição em várias regiões do sistema atividades extrativistas. Alguns seringais se converteram na exploração de castanha e madeira. O sistema de aviação estava ainda em funcionamento, os regatões e as casas aviadoras restantes, trocando as safras de castanha contra bens de consumo. Frente às dificuldades do abastecimento externo, em 1920 a agricultura passou a ser estimulada pelos patrões. Até o início da segunda guerra mundial, a produção agrícola se intensificava e se iniciava a saída do sistema extrativista especializado. Porém, a partir de 1942, frente ao escassez de borracha nos mercados, o desenvolvimento da agricultura foi interrompido e se voltou na coleta da borracha atingindo novamente.

Nessa época, (1920-1930) os imensos recursos da Amazônia começaram a atrair as companhias nacionais e internacionais grandes projetos de doação de terras foram elaborados sem alcançar a ser concluído por razões políticas. O governo Japonês conseguiu obter a introdução de 10.000 famílias Japonesas nos municípios de Parintins e Maués que introduziram novos sistemas agrários baseados na cultura de Jataí (Parintins) e do Pimenta de reino (Maués).

### **A “batalha da borracha”**

O não acesso dos Estados Unidos aos mercados asiáticos na segunda guerra mundial, levou a assinatura dos acordos de Washington em 1942 que iniciaram a volta da produção da borracha no Amazonas, subvencionado tecnicamente por créditos americanos. Em 1943, foi criado o Banco da

Borracha (transformada em Banco da Amazônia em 1953) que fornecia créditos e a Rubber Reserve Company para o transporte e suprimento de bens até as seringais.

Também foi organizada pela SEMTA (Serviços especiais de mobilização de trabalhador para Amazônia) a chegada dos denominados “Soldados da Borracha”, migrantes originários das grandes cidades brasileiras atraídos pelas propagandas da SEMTA, que iam cumprir a função de seringueiro. Nas seringais, a exploração se fazia da mesma forma que durante o primeiro ciclo da borracha. Os seringalistas eram na maioria nordestinos, imigrantes do primeiro período e a função das casas aviadoras era cumprida pelas novas empresas americanas criadas.

Porém vários problemas impediram de aproveitar ao máximo o potencial produtivo. Os financiamentos e ferramentas chegando demais tarde nas seringais e uma parte importante dos Soldados da Borracha, ao chegar a Manaus ficou na cidade fugindo do inferno das seringais. No fim da segunda guerra mundial, os Estados Unidos se desinteressaram da borracha amazônica, cessaram os investimentos. Porém será preciso esperar o enfraquecimento do poder dos patrões, a partir dos anos 1970, para sair do sistema extrativista clássico e que os coletores procurem novamente diversificar suas atividades.

Em 1953, o governo Vargas começou a programar seus objetivos de integração da Amazônia criando a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA transformado em SUDAM em 1966), organismo responsável de elaborar plano quinquenal de desenvolvimento para a Amazônia.

## **A Transição do Sistema Extrativista em um Sistema misto Agricultura / Extrativismo**

### **O fim da era borracha**

Após a batalha da borracha, a borracha não foi o único produto a perder valor. O desenvolvimento de produtos substitutos de síntese começou, a partir dos anos 1950, fazer uma concorrência seria a todos os produtos do extrativismo da Amazônia. Alguns produtos desapareceram do mercado, como as plantas de rotenona, substituídas pelo DDT, as gomas não elásticas e o óleo de copaíba, substituídos por materiais sintéticos (LESCURE, 2001).

Nos anos sessenta e setenta, as políticas de desenvolvimento da Amazônia do governo federal foram realizadas com objetivo ocupação da região para integração à vida econômica do país. Através do desenvolvimento do transporte, de subsídios fiscais ou de créditos agrícolas o Estado apoiou a colonização da Amazônia (SCHMINK, 1981). A colonização planejada era no início focalizada para a implementação de famílias sem terra em pequenas propriedades, num sistema de rotação de terras, ao redor das novas estradas da Amazônia. Nos estados ao Sul da Amazônia (Mato Grosso, Rondônia) dois programas foram elaborados (PIN<sup>1</sup> e PROTERRA<sup>2</sup>) sem chegar aos resultados esperados por causa das condições ecológicas mal conhecidas e da assistência técnica insuficiente. Na Amazônia, se iniciou a construção da BR-174 de Manaus para Boa Vista e da BR-319 de Manaus para Porto Velho. Em 1967, foi criada a Zona Franca de Manaus, pólo industrial e comercial, que atraiu uma massa de migrante (ex seringueiros) para a capital, diminuindo assim as capacidades comerciais dos patrões e o seu poder.

O peso relativo da economia extrativista no total da economia amazônica decresceu enormemente. Os seringalistas, pouco a pouco deixaram de lado suas atividades tradicionais para investir seus capitais em outros setores mais lucrativos (LESCURE, 2001). As famílias deixaram progressivamente de lado o sistema de aviação, para desenvolver atividades de subsistência (agricultura, caça, pesca e coleta), utilizando as atividades extrativistas (madeira, castanha e fibras vegetais em função da região) o seu eventual excedente para realizar troca com os regatões que

<sup>1</sup> Programa de Integração Nacional, iniciado em 1970

<sup>2</sup> Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, iniciado em 1971

tinham substituídos os padrões. A caída do poder dos seringalistas foi mais o menos estendida no tempo em função das características locais. Em algumas regiões, os seringalistas conseguiram transferir o sistema de aviação da borracha na exploração da madeira (Rio Juruá) e da castanha.

Assim, a produção agrícola começou a ocupar um papel central nos sistemas agrários, permitia ao mesmo tempo fornecer alimentação e minimizar a dívida aos regatões. Em parcelas de terra firme (roça), após um desmatamento da floresta, se praticam culturas poli-específicas dominadas pela mandioca em rotação com longa período de descanso. Um pequeno espaço agroflorestal, o quintal-horta, é plantado ao redor da habitação e a caça e a pesca completam o sistema (GUILLAUMET *et al.*, 1990).

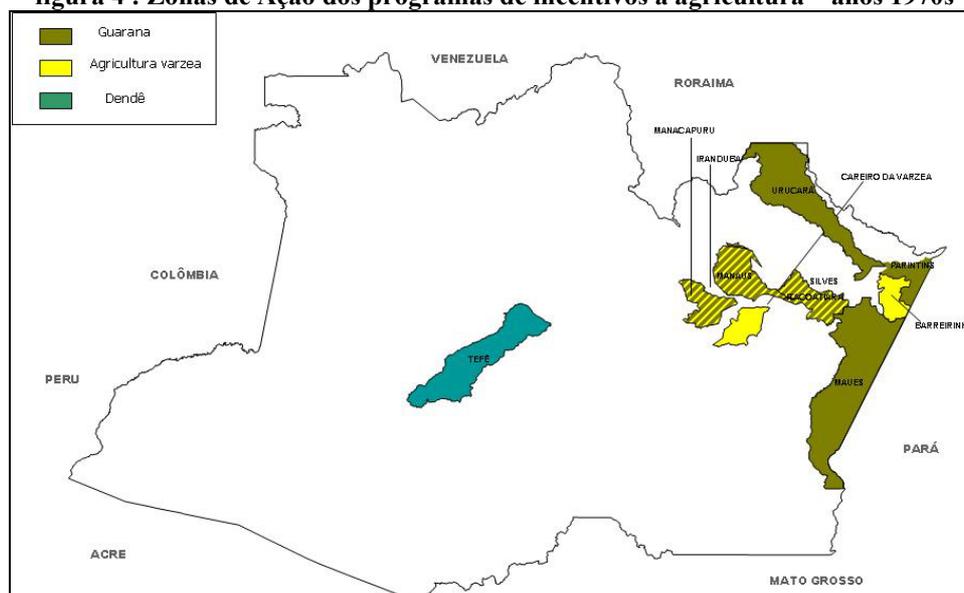
A agricultura pode desenvolver-se até ocupar também a produção comercial via a venda de farinha de mandioca. Essa evolução é possível pela estabilidade agrária do pequeno camponês, proprietário de sua terra. Se existe um mercado de consumo a proximidade, o quintal-horta pode também crescer à medida que uma parte de sua produção é também destinada à venda (LESCURE, 2001).

### A promoção política da agricultura

Na segunda metade dos anos 70, se decidiu abrir a colonização para empresários do sul. O território Amazônico não era mais visto como solução dos problemas sociais, mas como fronteira de recursos que poderiam ser explorados. O programa POLAMAZÔNIA do governo federal (Programa de pólos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia 1974) promovia um desenvolvimento centrado em pólo de crescimento para um aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais. Dois pólos de desenvolvimento foram projetados no Amazonas, o pólo Juruá-Solimões para o aproveitamento madeireiro e o pólo médio Amazonas.

Nessa época foram também desenvolvidos programas de incentivos à agricultura que permitiram a emergência localizada de sistemas agrários, incorporando novos sistemas de produção. Programas de incentivos à plantação de Guaraná foram lançados nos municípios de Maués, Parintins, Unicará, Itacoatiara, Manacapuru e Manaus. Nos municípios de Barreirinha, Careiro, Manaus, Manacapuru, Itacoatiara, Silves e Parintins se incentivou o uso agrícola das áreas de várzea. No município de Tefé foi lançado um projeto agroindustrial de cultura de dendê (figura 4).

**figura 4 : Zonas de Ação dos programas de incentivos a agricultura – anos 1970s**



Nos anos noventa, o governador Mendes, também incentivo a produção agrícola no interior a traves o programa “Terceiro ciclo”. Distribui-se motoserras, casas de farinha, canoas e motores rabetas e incentivo o plantio de grão na terras de várzeas. Porem, os resultados não foram atendidos na maioria dos municípios.

### **A perenidade do sistema mixto Agricultura/Extrativismo com a criação das Unidades de Conservação**

Nos anos sessenta, nas limites Sul da Amazônia (estado Mato Grosso, Rondônia, Acre, Sul do Amazonas), os empresários Sulistas, interessados pelos baixos preços e os incentivos fiscais, iniciaram a compras terras para desmatar e depois desenvolver projeto pecuaristas, sem preocupação das populações morando nas terras. De ai, surgiu no estado do Acre o movimento dos Empates, que consistiu como escreveu Goetter, na resistência de gentes da floresta – famílias seringueiras – contra a expansão do capital agropecuária que buscava se territorializar através do latifúndio pecuarista.

Em 1985, os seringueiros reunidos em Brasília no seu Primeiro Encontro Nacional, se criou o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) que solicitou que se acabasse com a colonização dos seringais e que estes lhes fossem dados em concessão, para que assim pudesse ser mantido o extrativismo. Este pedido visava também solucionar a questão fundiária e proteger a floresta contra as ameaças do desmatamentos, para implantar a exploração pecuária (PINZON).

Em 1987, dos seringueiros surgiu a proposta acolhida pelo INCRA e rejeitado do IDBF (antigo IBAMA) dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE) destinados a ser implantado e areá já degradada por um organismo fundiária. O PAE visa regularizar a situação de quem já está "assentado" - no caso o seringueiro, principalmente (MENEZES, 2007).

Ao mesmo tempo, frente ao desmatamento crescente, as reivindicações ambientalistas ganharam poder nacional e internacional e se traduziram na criação de área de preservação na Amazônia (no Amazonas: Parque Nacional do Pico da Neblina 1979 Reserva Biológica do Abufari 1982). A condição indígenas também passou a ser defendida e resultou na inscrição da constituição federal de 1988, que as Terras ocupadas pelos índios são bens da União, embora é reconhecido aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Frente ao imobilismo dos PAE o CNS, incorporando as influencia ambientalistas nacionais e internacionais e inspirando se da definição de reservas indígenas, passou a defender também projeto de reservas extrativistas como um “espaço territorial destinado à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis” (BRIANEZI 2006). Depois o 18 de julho de 1989, a lei 7.804, legitimou a criação de Reserva Extrativista no âmbito da política nacional do Meio Ambiente e delegou a responsabilidade ao IBAMA. Em 1992, a Portaria N°22-N do 10 de fevereiro do IBAMA indicou o CNPT como órgão gestor das questões relativas as RESEX (PINZON)

No Amazonas foi criado em 1999 um convênio entre o INCRA o IBAMA para implantação da política de reforma agrária dentro de unidades de conservação (UCs), a traves das Unidades de Uso Sustentável cujo objetivo básico é “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Lei federal n°9.985 de 18 julho de 2000). Se criou Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Florestas Nacionais (FLONA) que cumprem as mesma funções que as RESEX, a saber um território de domínio publico com a concessão de uso para as populações residentes e regulado por um plano de manejo.

Nas unidades de conservação o sistema agrário é baseado na combinação das atividades extrativistas e agrícola. A roça, ou agricultura de “queima e cortada”, é praticada em todas as comunidades. O

local das roças é decidido pela comunidade, mas cada família cultiva sua própria área. Trata-se de uma atividade individual realizado em espaço comum. A cultura de mandioca, tem um papel central na alimentação com sua transformação em farinha. As atividades extrativistas são específicas a cada região. As famílias podem especializar-se na extração de um produto (Borracha no Meio Juruá o Piaçava no alto Rio Negro) o combinar varios produtos ao longo do ano. A escolha é determinada em função da mão de obra disponível. A exploração de alguns produtos, como a borracha e a castanha-do-pará, permite ao coletor ficar a proximidade de sua casa, a exploração praticando-se em um caminho aberto ao redor. Mesmo se os regatões têm ainda um papel importante na comercialização dos produtos, começou a aparecer nos anos noventa, associações locais que se carregavam da comercialização garantindo um preço mais justo pelas famílias das comunidades. Nos últimos 5 anos, criou-se parceiras entre comunidades e empresas para comercialização de produtos florestal não madeireiros. Por exemplo, no município de Carauari, a empresa Natura estabeleceu uma parceria com a cooperativa da comunidade do Roque (CODAEMJ) para produzir óleos vegetais de Andiroba e Murumuru.

## **A emergencia de novas produções extrativistas**

### **Sistemas extrativstos de frutos silvestres**

Existe também sistemas agrarias onde se recorra ao extrativismo de maneira episódica, explorando os frutos silvestres o das diversas espécies de palmeiras provenientes das florestas vizinhas das habitações. Dos exemplos são citados em Lescure, a coleta do fruto da palmeira do Tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) vendida nos mercados de Manaus e a coleta do Açaí do Mato (*Euterpe precatoria*) transformado em vinho antes de ser vendido. Em ambos casos, trata-se de uma atividade sazonal que é possível pela proximidade de um mercado consumidor, sendo que os frutos devem ser transformados em menos de 48 horas após a coleta e o vinho de açaí deve ser consumido antes que fermente muito. Essas praticas estão na limita do extrativismo sendo que os produtores pouco a pouco se transforma em uma atividade de agrosilvicultura via a antropização das florestas com o enriquecimento das especies de interes nos meios naturais.

### **Os sistemas extrativistas madeireiros**

Com o declino da borracha nos anos setenta, a exploração de madeira se desenvolveu no Amazonas a traves à instalação de empresas especializadas na produção de madeira serrado e compensado destinado pela exportação em Manaus e Itacoatiara e a reconversão de alguns seringalisitas na exploração intensiva de madeira com motosserra para vender na serraria.

Nos anos noventa, os setor madeireiro passou por varias modificações. O inicio das plantações de eucalipto e pino no Sul do Brasil, a migração progressiva das populações do interior em Manaus, a criação de terras indígenas e áreas de proteção, a evolução da legislação que obrigava a criação de plano de manejo florestal e enfim a fiscalização ampliada do IBAMA enfraqueceram a organização do setor provocando a cessação de atividade de vários pequenos produtores e o fechamento de varias serrarias no Interior (SABLAYROLLES e KIBLER, 2005). Algumas empresas decidiram investir na certificação FSC. No entanto, as lentidões administrativas e as difíceis obtenções de títulos de terras inviabilizaram o processo. As empresas renunciaram à certificação.

Em paralela, duas experiencias de gestão comunitárias foram iniciadas. A primeira na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, a outra nas terras publicas do municípios de Boa Vista do Ramos . Essa duas experiencias, realizadas à um preço elevado, iniciaram a implicação das populações ribeirinhas nos planos de manejos florestal. Depois, o Programa Zona Franca Verde

permitiu desenvolver os planos de manejos sustentável a pequena escala, abrindo uma possibilidade de exploração de madeira legal para os pequenos produtores.

## **O Programa Zona Franca Verde e a promoção do extrativismo**

Em 2003, o governo de Eduardo Braga, com a criação do Programa Zona Franca Verde, mudou radicalmente a orientação política do estado do Amazonas em relação desenvolvimento rural. Lançou um política centralizada no desenvolvimento do extrativismo e da conservação da floresta. O objetivo principal do programa era promover a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem na floresta e na suas proximidades, valorizando economicamente o uso da floresta e luta contra o crime ambiental. A estratégia adoptada se baseia na criação de unidade de conservação, a difusão dos conceitos de manejo sustentáveis e o reforço das cadeias produtivas.

Varias entidades administrativas foram criadas para cumprir os objetivos fixados. Em primeiro lugar o Secretario de Desenvolvimento Sustentável e no seu seio a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas (AFLORAM) para fortalecer as cadeias produtivas florestais e promover as técnicas de manejo sustentável. O Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) foi criado para tratar da questão de regularização fundaria. Um Tratado Federal foi concluído com o IBAMA para delegar uma parte de suas atribuições federal ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM).

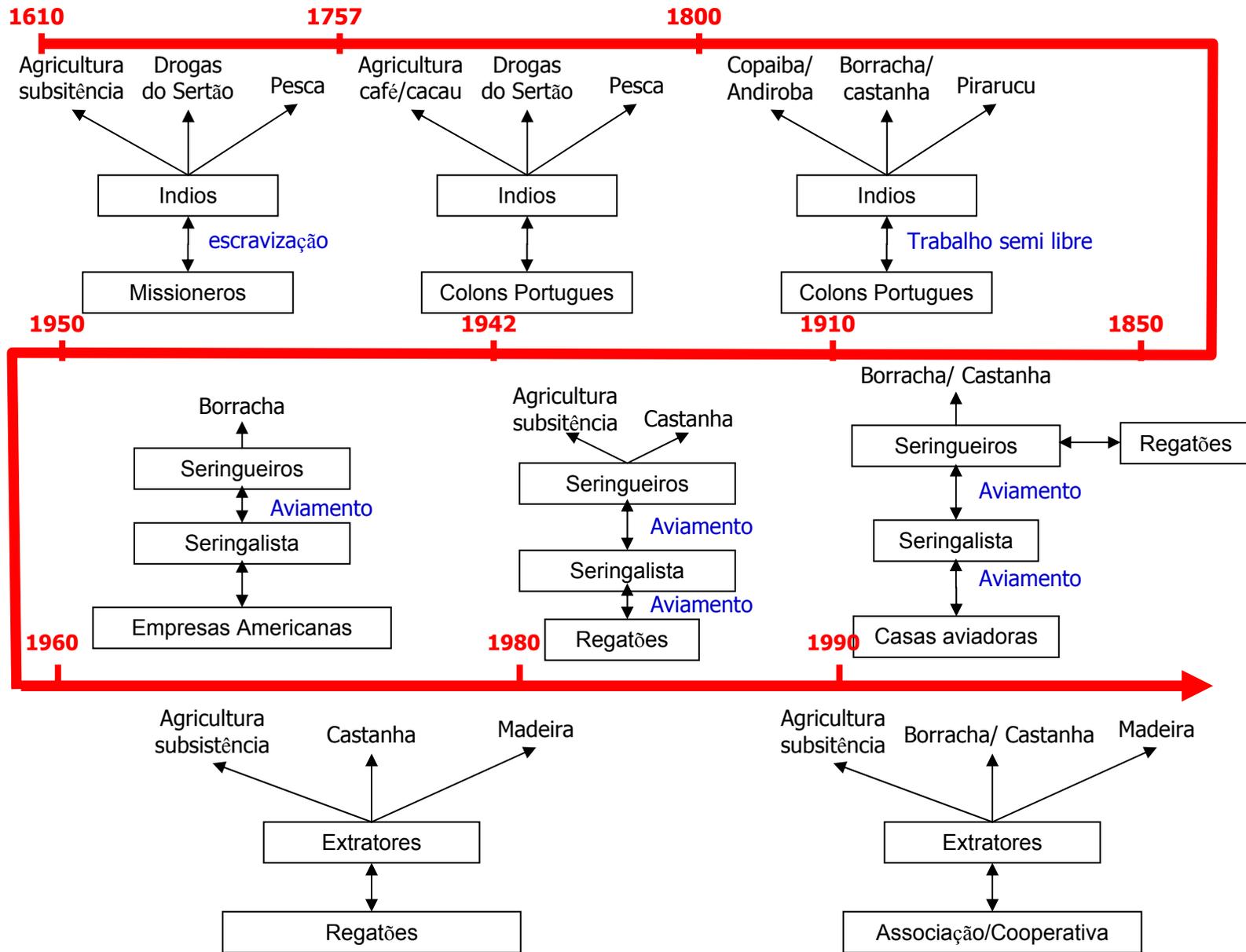
Os efeitos do programa Zona Franca Verde são inscritos em uma estratégia de longo prazo e é difícil hoje julgar os impactos do programa nos sistemas agrários. Ainda tem trabalho para garantir o acesso a terra para populações ribeirinhas e viabilizar as cadeias de comercialização.

## Conclusão

A dinâmica dos sistemas agrários começou há 5000 anos com a prática da agricultura de “queima e cortada”, caça, pesca e extrativismo pelos primeiros habitantes da floresta Amazônica. O sistema praticado era permitia uma reprodução simples das populações, mas não estava alterando os recursos naturais. A chegada dos europeus modificou a situação, não tanto ao nível dos sistemas de produção, mas sim na destinação e organização social. A dominação dos portugueses no século XVII marcou o início de um longo período de escravização das populações tradicionais. Essa escravização foi em primeiro lugar em favor dos missionários religiosos que tinham dividido entre eles o território, estabelecendo colônias nas margens dos principais rios e utilizavam a mão de obra indígena para explorar as drogas do sertão. Frente à aumento de poder dos missionários, a Coroa Portuguesa decidiu retomar o controle do território amazônico e criou a Companhia de Comércio de Grão Pará e Maranhão. As produções evoluíram com o tempo e a demanda mundial. Na segunda metade do século XVII, se praticava cultura como cacão e café. Frente às dificuldades de encontrar uma mão de obra suficiente se voltou às atividades extrativistas. No entanto, durante todo esse período, apesar das tentativas de eradição dos portugueses sempre se praticava uma agricultura, para fornecer a alimentação.

A grande mudança dos sistemas agrários aconteceu com a exploração da borracha no final do século XIX. A introdução do sistema de aviação permitiu o abandono das atividades agrícolas ao benefício de uma especialização no extrativismo. A importante imigração no Amazonas e a boa organização no abastecimento das mercadorias permitiu o manutenção desse sistema. Os seringalistas, patrões das seringais forneciam as mercadorias necessárias para reprodução dos seringueiros em troca de sua coleta de borracha, e impediram a agricultura sinônimo de independência. Nesse contexto como escreve Lescure, a emergência de um sistema misto, em que agricultura e extrativismo são dominantes, é condicionada pela diminuição do poder dos patrões e pela aquisição consecutiva da autonomia dos produtores. No final dos anos setenta, o fim da era da borracha e as migrações importantes para Manaus provocou uma forte diminuição do poder dos seringalistas. No mesmo tempo, as reivindicações fundiárias e sociais trazidas pelo movimento dos Empates do Acre permitiu a criação de territórios reservados para as populações ribeirinhas com uma segurança fundiária. Essas duas condições reunidas possibilitou a preparação do sistema misto dentro das unidades de conservação. Em paralelo à estabilização do sistema misto, se desenvolveu novas formas de extrativismo, fora das unidades de conservação. Um extrativismo pontual a proximidade dos centros de consumo que pode transformar-se ao longo do tempo em uma forma de agrosilvicultura. Um sistema de extrativismo especializado na exploração de madeira que no início era praticado unicamente por empresários mas que conseguiu difundir-se com apoio estadual. A história do Amazonas está intimamente ligada com o sistema extrativista que não é, de forma alguma, de um sistema estático. Ao longo do tempo conseguiu mudar e adaptar-se às condições sociais e econômicas.

figura 5 – Evolução dos sistemas de produção no Amazonas



## BIBLIOGRAPHIA

- BENCHIMOL S.1999 *Amazônia: Formação Social e Cultural*, Manaus
- BRIANEZI, Thais ; SCHERER, E. F. . *Reforma Agrária Ecológica na FLONA de Tefé - Amazonas - Brasil*. In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito - Ecuador. La cuestión rural en América Latina : Exclusio y Resistencia Social. Quito : Editora da FLACSO/Universidade Autónoma Chapingo, 2006. v. 1. p. 214-226
- DRUMMOND; 1996 *A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas* Estudos Sociedade e Agricultura, 115-137., 12p.,
- GOTTER J.D.; sem data *Discurso do movimento e movimento do discurso: dos empates pela terra ao "nãoconflito" agrário na fala de lideranças sindicais no Acre (Amazônia – Brasil)*, Universidade Federal do Acre UFAC
- JUS NAVIGANDI, *O extrativismo como atividade agraria* , disponível no link <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1667> (ultimo acesso 20.08.2008)
- KOHLHEPP G,. 2002 *Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira* Estud. avançado. vol.16 no.45 São Paulo
- LESCURE 2001, *Análise ambiental do neoextrativismo em comparação com o extrativismo tradicional e com outros sistemas de produção*, Relatório Final do projeto para o fortalecimento das atividades de extrativismo no estado do Acre, CIRAD p66-77
- LOUREIRO A. *10.000 anos Amazônia*, Editouria Metro Cubico, 205pp
- PINZON R.sem data, *Evolução Histórica do Extrativismo* disponível no link <http://www.ibama.gov.br/resex/textos/h2.htm> (ultimo acesso 20.08 2008)
- REIS M. 2005, *Arengas & Picicas, reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentavel Mamiraua no estado do Amazonas*. Belém Sociedade Civil Mamiraua; Instituto de Desenvolvimento Sustentavel Mamiraua, 178p.
- REYDON, B.Philip & MUNIZ, M.J. Dantas. *Colonização na Amazônia: uma alternativa para seu desenvolvimento sustentável?* Instituto de Economia da Unicamp, Campinas
- SALATI E., WOLGANG J., HERBERT O.R., ENGRACIA A. 1983 *Amazônia: Desenvolvimento Integração e Ecologia*. Editora Brasileira, em co-edição com o CNPq, São Paulo 327pp
- SABLAYROLLES P ; KIBLER J.F.CASTELLANET C. 2008 ; *Vers une nouvelle politique forestière en Amazonie brésilienne ? Des expériences innovantes dans le Pará et l'Amazonas*